

Antônio Veloso Peleja Júnior

RECLAMAÇÃO NO PROCESSO CIVIL

Nuances e Particularidades

Curitiba
Juruá Editora
2020

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-000-3

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Peleja Júnior, Antônio Veloso.

P381 Reclamação no processo civil: nuances e particularidades./ Antônio Veloso Peleja Júnior./ Curitiba: Juruá, 2020.

336p.: il.; 21,5cm

1. Processo civil. 2. Reclamação. 3. Juízes – Decisões. I. Título.

CDD 347(22.ed)

CDU 347.9

00021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

1176082

SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	21
LISTA DE QUADROS	23
1 INTRODUÇÃO	25
2 TRIBUNAIS, COERÊNCIA E INTEGRIDADE: UMA PRÁXIS CULTURAL DE DECISÃO.....	29
2.1 OS TRIBUNAIS E SUA MISSÃO NA FIXAÇÃO DOS “PRECEDENTES”.....	29
2.2 COERÊNCIA E INTEGRIDADE.....	33
2.3 AS FAMÍLIAS DO DIREITO.....	39
2.4 <i>COMMON LAW</i> E <i>CIVIL LAW</i>	45
2.4.1 A Origem da Criação Judicial do Direito: o Sistema <i>Common Law</i>	45
2.4.2 O Sistema <i>Civil Law</i>	49
2.5 A DOCTRINA DOS PRECEDENTES	56
2.6 MÉTODOS DE PENSAMENTO CONTINENTAL E INGLÊS.....	60
2.7 FORÇA DO PRECEDENTE: ENTRE <i>RATIO DECIDENDI</i> E <i>OBTER DICTUM</i>	68
3 A DELINEAÇÃO NORMATIVA DA RECLAMAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO	73
3.1 INTRODUÇÃO	73
3.2 ORIGEM ETIMOLÓGICA E ACEPÇÕES	74
3.3 EVOLUÇÃO DO INSTITUTO.....	75
3.4 O MARCO TEÓRICO FUNDAMENTAL AO NASCIMENTO DO INSTITUTO.....	77
3.5 DIREITO ESTRANGEIRO	83

3.6	A PRESENÇA DA RECLAMAÇÃO NO CONTEXTO NORMATIVO BRASILEIRO: ANÁLISE DAS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS DO BRASIL	85
3.7	CPC E RECLAMAÇÃO	88
3.7.1	Dificuldades Iniciais.....	88
3.7.2	Hipóteses de Cabimento da Reclamação.....	91
3.7.3	Alegação de Inconstitucionalidade.....	92
3.8	PROPOSITURA DA RECLAMAÇÃO	94
3.9	PREVISÕES NO CPC.....	95
3.9.1	Preservar a Competência do Tribunal	95
3.9.2	Garantia da Autoridade das Decisões do Tribunal	97
3.9.3	Garantir a Observância de Enunciado de Súmula Vinculante e de Decisão do STF em Controle Concentrado de Constitucionalidade	100
3.9.3.1	Reclamação para observância de súmula vinculante ..	100
3.9.3.2	Reclamação no controle concentrado de constitucionalidade	103
3.9.4	Garantir a Observância de Acórdão Proferido em Julgamento de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas ou de Incidente de Assunção de Competência.....	105
3.9.5	Técnicas de Julgamentos de Casos Repetitivos no CPC	106
3.9.5.1	Assunção de competência	106
3.9.5.2	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	107
3.9.6	Recursos Especial e Extraordinários Repetitivos	110
3.9.7	A Reclamação e os Julgamentos Repetitivos	112
3.9.8	Inadmissibilidade da Reclamação	124
3.9.9	Procedimento	128
3.9.10	Prazo	128
3.9.11	Petição Inicial.....	130
3.9.12	A Lide Diferenciada e as Partes na Reclamação	131
3.9.13	Terceiro Interessado	138
3.9.14	<i>Amicus Curiae</i>	143
3.9.15	Causa de Pedir, Pedido e o Efeito Substitutivo	146
3.9.16	Procedimento	149
3.9.17	Competência.....	149

3.9.18	Das Providências do Relator	152
3.9.19	Impugnação do Pedido e Contraditório.....	157
3.9.20	Atuação do Ministério Público.....	157
3.9.21	Capacidade Postulatória	157
3.9.22	Inadmissibilidade da Reclamação	158
3.9.23	Reclamação em Caráter Preventivo	159
3.9.24	Reclamação contra Decisão do STF que Inadmitte Recurso Extraordinário em Face da Inexistência de Repercussão Geral..	160
4	AS PARTICULARIDADES DA RECLAMAÇÃO E SUA AMBIÊN- CIA NO CONTEXTO INTERNO DO SISTEMA PROCESSUAL	163
4.1	NATUREZA JURÍDICA DA RECLAMAÇÃO	163
4.1.1	As Diversas Qualificações no Âmbito Jurisprudencial e Dou- trinário.....	163
4.1.2	Reclamação como Sucedâneo Recursal	163
4.1.3	Reclamação como Recurso	164
4.1.4	Reclamação como Medida Administrativa	167
4.1.5	Reclamação como Procedimento da Jurisdição Voluntária	170
4.1.6	Reclamação como Incidente Processual	172
4.1.7	Da Reclamação como Representação	173
4.1.8	Da Reclamação como Processo Objetivo.....	175
4.1.9	Reclamação como Direito de Petição	175
4.1.10	Reclamação como Ação.....	180
4.2	A RECLAMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA DA EFETIVIDADE DO PROCESSO	183
4.2.1	A Morosidade do Processo	183
4.2.2	A Deficiência no Acesso à Justiça	187
4.2.3	Os Condicionamentos à Atuação do Poder Judiciário na Amé- rica Latina, Segundo Eduardo Oteiza, e o Caso Brasil.....	190
4.2.4	Gerenciamento dos Processos como Forma de Auxiliar o Aces- so à Justiça	196
4.2.5	Princípio da Adaptabilidade do Procedimento.....	198
4.2.6	Princípio da Adaptabilidade Judicial e Negócio Jurídico Pro- cessual no Cenário do CPC	202
4.3	RECLAMAÇÃO E TEMAS PONTUAIS	204
4.3.1	Reclamação e Representação de Inconstitucionalidade	204

4.3.2	Recurso contra Decisão de Natureza Administrativa e a Configuração da Coisa Julgada.....	209
4.3.3	Decisão Final que Julga a Reclamação	212
4.3.4	Recursos Cabíveis da Decisão que Julga a Reclamação	213
4.3.5	Reclamação e Prazo Recursal	214
4.3.6	O Limite Temporal para o Ajuizamento da Reclamação	215
4.3.7	Reclamação contra Decisão Interlocutória.....	218
4.3.8	Honorários Advocatícios.....	220
4.3.9	Da Alteração das Hipóteses de Cabimento	222
4.3.10	A Reclamação com Efeitos Repetitivos	224
4.3.11	Cabimento da Reclamação em Caso de Omissão.....	225
4.3.12	A Reclamação e o Efeito Vinculante	226
4.4	A RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	229
4.4.1	Divergência Jurisprudencial no Âmbito dos Juizados Especiais e Papel das Cortes Superiores	232
4.4.2	A Solução do Impasse no Âmbito do STF	235
4.5	RECLAMAÇÃO E UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E DA FAZENDA PÚBLICA.....	240
4.6	PROJETO DE LEI 16/2007, CÂMARA DOS DEPUTADOS E A UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS, DE LEGE FERENDA.....	243
4.6.1	Estabilidade da Jurisprudência	243
4.6.2	A Uniformização da Jurisprudência.....	244
4.6.3	O Instituto sob a Égide do CPC/1973	248
4.6.4	Uniformização da Jurisprudência no CPC	249
4.6.5	O Projeto de Lei 16/2007, Câmara dos Deputados, e a Uniformização da Jurisprudência no Âmbito dos Juizados Especiais Estaduais	251
5	A MUTAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA DA RECLAMAÇÃO E AS RESOLUÇÕES 12/2009 E 3/2016 DO STJ.....	253
5.1	OS TRIBUNAIS SUPERIORES E A ANOMIA DO CASO: A CONSTRUÇÃO NORMATIVA ATÍPICA.....	253
5.1.1	Ativismo Judicial no STF e Juizados Especiais	255

5.1.2	Eficácia e Alcance da Decisão Proferida no RE 571.572-8/BA, STF.....	259
5.1.3	Resolução 12/2009 e Acesso ao STJ de Decisões Oriundas de Turmas Recursais Estaduais.....	259
5.1.3.1	Aspectos processuais da Resolução 12/2009, STJ, e a atuação do STJ para limitar a cognoscibilidade	268
5.1.3.2	A viragem jurisprudencial: a inconstitucionalidade da Resolução 12/2009	269
5.2	RECLAMAÇÃO E JUÍZADOS ESPECIAIS: A RESOLUÇÃO 3, DE 07.04.2016 E A DELEGAÇÃO DA COMPETÊNCIA AOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	281
5.2.1	A Resolução 3/2016, STJ, sob a Ótica do Princípio da Adaptabilidade do Procedimento.....	284
5.2.2	A Criação de Normas Administrativas pelos Tribunais para Dispor sobre Procedimento.....	284
5.2.3	O <i>Case</i> Uniformização de Jurisprudência pelo TJES	288
5.2.4	A Resolução 3/2016 e seus Desdobramentos na Resolução 759, TJ/SP – II	293
5.2.5	Inconstitucionalidade da Resolução 03/2016.....	293
5.2.6	Solução.....	297
6	CONCLUSÃO.....	299
	REFERÊNCIAS	305
	ANEXO 1	315
	ANEXO 2	317
	ÍNDICE REMISSIVO.....	321